



## **ST 26: Reflexões e pesquisas recentes em arte e cultura nas sociedades contemporâneas**

### **Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão**

Igor Gastal Grill - PPGCSoc/DESOC/LEEPOC/UFMA  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq)

Eliana Tavares dos Reis – PPGCSoc/DESOC/LEEPOC/UFMA  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa (FAPEMA)

## INTÉRPRETES E NOTÁVEIS DA LITERATURA E DA CULTURA POPULAR DO MARANHÃO

No que pese as aceleradas transformações sociais, que interferem nas práticas e meios legítimos de afirmação de produtos e produtores culturais, algumas instâncias voltadas ao culto da “região”, como as Academias de Letras, Institutos Históricos e Geográficos e as Comissões de Folclore, mantêm um trabalho ativo de seleção e canonização de “ícones” por intermédio de publicações laudatórias. Produções essas que portam igualmente vestígios da capacidade dessas instituições amoldarem-se de modo a receber (e por conta desta recepção) novos perfis e linguagens. Dessa forma, o trabalho de memória e de construção de identidades regionais é, a um só golpe, tributário e incitador de investimentos na perenização de “vultos” que sintetizariam atributos e valores compatíveis com certas representações legítimas do mundo social, em geral, e do domínio cultural, em particular, que estão, por sua vez, em constante adaptação e são incessantemente objetos de luta.

Assim, apresentamos neste *paper* uma reflexão sobre os mecanismos de objetivação de personagens, que contemplam a mobilização de instrumentos de eternização e lógicas de aferição de estima social em espaços consentâneos de consagração. Neste sentido, tomamos, como *corpus* privilegiado de investigação, livros que se constituem em instâncias de atribuição de transcendentalidade e de legitimidade a determinados agentes. Eles são assinados por produtores e intérpretes autorizados da “cultura” no e do Maranhão, e visam declaradamente aclamar “personalidades” igualmente reconhecidas, configurando-se, portanto, em galerias de notáveis<sup>1</sup>.

Inseparavelmente objeto e fonte de pesquisa, *Perfis Acadêmicos*, de Jomar Moraes (2014), e *Perfis de Cultura Popular*, organizado por Mundicarmo Ferretti e Zelinda Lima (2015), reúnem biografias (trazem rico material hagiográfico) e explicitam definições (coincidentes ou concorrentes) sobre o que é ou deveria ser a “cultura maranhense”. Assim, a partir deles é possível buscar pistas sobre princípios de classificação mais gerais, bases de identificação entre autores e homenageados, e ainda estratégias de (auto) enobrecimento daqueles que, dizendo qual é o “panteão”, colocam-se na posição de compiladores dos portavozes. Com efeito, procuramos examinar as estratégias de celebração de notáveis, as condições de produção desses lugares, os predicados sociais tidos como extraordinários, bem como as categorizações e justificações levadas a cabo por determinados intérpretes autorizados da “memória regional”.

---

<sup>1</sup> Sobre a geração de vultos e heróis em instituições de consagração de elites e a certificação de notabilidades (atributos personalizados), ver Coradini (1998).

Nossos esforços analíticos podem, pois, ser sintetizados em dois eixos.

O primeiro é de situar a posição social e política dos agentes (biógrafos e biografados), definidas em função dos recursos sobre as quais assentam sua reputação (origem social, reconhecimento profissional, cargos políticos, títulos, pertencimentos a instâncias de glorificação intelectual) e seus movimentos/alinhamentos nas lutas em torno de causas culturais e políticas na configuração regional em pauta. Partimos, então, da análise das propriedades sociais dos autores e das “celebridades” selecionadas, utilizando principalmente os próprios perfis publicados<sup>2</sup>. Com esses dados, procuramos verificar os trunfos que garantem a determinados agentes o papel especializado de consagração; os critérios de excelência que legitimam o pertencimento às posições dominantes nos âmbitos da “cultura”; e as redes de relações que aproximam ou afastam os membros dos círculos seletos de agentes recrutados.

As informações disponibilizadas, além de revelar atributos estimados, também possibilitaram a organização de quadros prosopográficos com dados sobre os ascendentes, trajetos escolares, carreiras profissionais, publicações, cargos administrativos (em universidades e nas burocracias de governos), cargos eletivos, engajamentos diversos<sup>3</sup>.

E o segundo eixo diz respeito ao tratamento dos livros enquanto construções de “panteões” e *lugares de memória*<sup>4</sup>. As estratégias de apresentação e hierarquização dos casos, o espaço disponibilizado, os aspectos selecionados, as adjetivações mobilizadas, as problemáticas pontuadas, etc., informam concepções de “cultura”, de “sociedade” e de “política” fixadas e acionadas por profissionais da manipulação de bens simbólicos. Nesse procedimento, ganha ênfase o conjunto de indicações sobre conteúdos e modalidades de etiquetas (classificações) presentes nos prefácios, nas apresentações, nas capas, nas

---

<sup>2</sup> Importante inspiração para operacionalização da pesquisa foi o trabalho de Collovald (1988). Segundo ela, as “marcas simbólicas”, as identidades a partir das quais os agentes se distinguem dos demais que competem em um mesmo espaço de luta/identificação, são resultantes transações mediante as quais são articuladas as estratégias de apresentação de si empregadas pelos agentes com as regras específicas das instâncias nas quais são apresentadas. Elas dependem das relações e lógicas estabelecidas no interior de cada um desses lugares de fabricação de identidades públicas.

<sup>3</sup> O princípio da prosopografia é “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico, no qual as variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social” (CHARLE, 2006, p.41), possibilitando, assim, a apreensão da dinâmica tanto em seu caráter processual quanto relacional. Por esse intermédio, com a prosopografia comparada, é possível “apreender, através das biografias coletivas, o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados” (Idem, p.48).

<sup>4</sup> Como define Nora (1993, p. 9), os *lugares de memória* ocupam o lugar de intersecção entre a memória (vvida, espontânea, prática, não racionalizada) e a história (que é justamente a racionalização, a objetivação, e, portanto, o enquadramento da memória). Entre os muitos exemplos dados pelo autor encontram-se os livros que, como os demais, apresentam três dimensões: 1) material; 2) simbólica; 3) funcional. (p. 21-22).

contracapas, nas orelhas, etc., uma vez que fazem emergir identificações sociais, pessoais, ideológicas e geracionais entre autores, apresentadores, comentadores e “ícones”<sup>5</sup>.

Do mesmo modo, podemos considerar o trabalho de produção da “região” como *artefato* ou *ficção*, seguindo o enfoque proposto por Bourdieu (1989). Quer dizer, como representação que se apoia indistintamente na legitimidade dos conhecimentos de eruditos e nos reconhecimentos do senso comum partilhado entre leigos e especialistas. Em via dupla, os processos de fabricação dos “panteões” revelam circuitos de agentes que acionam discursos performativos sobre a “região” e que, sob a aparência de descrever, prescrevem quem pode ser investido em uma posição de excelência na sua história. Sem perder de vista os valores compartilhados (representações, crenças, mitologias), que condicionam o exercício de interpretação efetuado e que impõem critérios de investidura tanto para recenseados como para recenseadores (BOURDIEU, 1996).

Os livros analisados podem ser localizados em um sistema interligado de narrativas sobre o Maranhão que, ao mesmo tempo, ativam aspectos comuns e explicitam escolhas diversas<sup>6</sup>. Portanto, trazem à tona lógicas de concorrência pela afirmação de elementos próprios à “memória regional”, travada entre os “construtores” das “galerias de notáveis”. Desse modo, permitem tratar, em uma mesma agenda de pesquisa, elementos frigorificados na memória coletiva e lutas tramadas nos posicionamentos sobre o passado. Além disso, cumpre ressaltar que o “raio de ação” dessas produções hagiográficas se estende progressivamente através de uma infinidade de discursos referentes ao estado<sup>7</sup>, elaborados por outros autores (pesquisadores) que exaltam essas referências como “fontes obrigatórias”.

Seguindo alguns eixos propostos por Michael Pollak (2000), acerca das construções de identidades e do enquadramento da memória, foram buscadas as relações entre contextos de confecção dos livros, formas de produção das narrativas, critérios de justificação presentes nos relatos e disposições (socialização e recursos) dos porta-vozes autorizados. Assim procedendo, acredita-se factível incorporar a memória instituída que condiciona as possibilidades de produção de novos discursos sobre o Maranhão, assim como as batalhas que

---

<sup>5</sup> Castro Faria (2002) e Garcia Jr. (2014), apoiados nas assertivas de Foucault (2000), demonstraram com esmero a relevância desses expedientes para romper com os obstáculos que se interpõem aos analistas que tomam “livros”, “obras” e “autores” como unidades imediatas, certas e homogêneas.

<sup>6</sup> Segundo Nora (1993) a pretensão de petrificação nunca se realiza na plenitude. Os elementos da memória são frigorificados e sujeitos a descongelamentos, conforme os contextos, os agentes, etc. que os constroem, interpretam, desqualificam, esquecem (temporariamente) ou rememoram, requalificam, etc.

<sup>7</sup> Como já asseverou Collovald (1988), os princípios de seleção de dados biográficos só tem sentido e significado quando relacionados ao público a quem é destinado. Nesse caso, em especial os novos pretendentes aos lugares de porta vozes e de membros desses “panteões” da “cultura maranhense”.

determinados porta-vozes entabulam a partir de conjunturas variadas, propriedades sociais díspares e vínculos distintos no âmbito da “cultura” e da “política”.

### **“Perfis Acadêmicos”: gestão e interpretação do “legado literário maranhense”**

Na sua quinta edição, *Perfis Acadêmicos* é uma publicação da Academia Maranhense de Letras, lançada originalmente em 1986. Produzido e assinado por um único biógrafo, o objetivo explicitado do livro é reunir e divulgar os “ícones” das “letras maranhenses”, ocupantes das 40 cadeiras da entidade (também denominado membros efetivos) entronizados nesse espaço de enaltecimento literário.

A instituição possui um lugar central na configuração da “cultura” regional, uma vez que é aquela em que a seleção social e política opera com mais visibilidade para a consagração de produtores culturais. Seus membros estão eles mesmos presentes em outras instâncias (culturais e políticas) e/ou interligam-se, por laços pessoais ou familiares, com agentes muito bem situados no espaço do poder estadual. Portanto, a publicação da AML comporta estratégias discursivas de incensar esse segmento da elite regional, de afirmar seu sentimento de unidade, logo os limites do grupo, e de inscrever seus componentes na história regional, como será demonstrado mais adiante.

Da primeira edição, que data de 1986, até a última, lançada em 2014, foram atualizados os nomes dos acadêmicos (incorporando os “novos”) e complementados dados das biografias daqueles que persistiram no quadro de componentes da AML. Justificativas para as sucessivas edições são dadas pelo próprio organizador do livro, em matéria assinada por ele no jornal O Estado do Maranhão<sup>8</sup> e reproduzida no site da AML (<http://www.academiamaranhense.org.br/blog/perfis-academicos>, acesso em 23 de março de 2016).

[1] por conta das atualizações que precisa incorporar, sob pena de parcialmente não servir aos fins a que se destina, que é prestar informações atualizadas acerca da Academia e, particularmente, acerca de cada um dos 40 membros efetivos que compõem seu quadro de titulares. (...) [2] por sermos imortais que morrem, de tempos em tempos os ‘Perfis’ exigem reedição, com a finalidade de inserir a imagem, o endereço e os dados biobibliográficos do confrade recém-chegado, graças a quem a Academia se revigora e assegura a continuidade de seu compromisso com a permanência, que é uma das características marcantes dessa modalidade de instituição cultural. [3] os imortais que também morrem, sobretudo vivem e produzem incessantemente, em ritmos diferenciados, como é natural (...). Perdemos, lamentavelmente, Josué Montello, o acadêmico de mais intensa produção literária, que era capaz de desatualizar, de ano para ano, o registro bibliográfico dos Perfis. Em compensação, muitos companheiros produzem bastante e muito bem, apesar das restrições injustas de conhecidos maledicentes praticantes e deslembados intencionais.

---

<sup>8</sup> Veículo pertencente à “família Sarney” desde a década de 1970.

A partir do extrato acima é possível perceber que o investimento da AML em produzir um “livro em aberto” - pois a cada edição são incorporados “confrades recém-chegados” -, funciona como mecanismo capaz, em primeiro lugar, de perenizar tanto os membros da academia de ontem (presentes nas edições anteriores) como os atuais (agregados ao “panteão” nas novas edições); em segundo lugar, de ligar “vivos” e “mortos” a um mesmo “grupo de notáveis”, por meio das sucessivas edições do livro publicado com o mesmo nome; e, em terceiro lugar, de garantir a continuidade/coesão da própria instituição para além dos limites temporais, uma vez que as edições dos livros são veículos de “regressão ao passado”, trazendo a “história da AML” e dos “escritores” a ela pertencentes, e de “projeção no futuro”, já que a investidura em uma “cadeira” fica registrada, consagrada e objetivada neste(s) *monumento(s)*<sup>9</sup>.

Sendo assim, a renovação do conjunto de escritores celebrados e a gestão da imagem institucional da AML revela a aplicação de mecanismos de gestão da durabilidade que, de modo aparentemente ambivalente, implicam simultaneamente na administração da plasticidade. Sob a aparente “continuidade” da instituição, edificada em marcos objetivos diversos como as edições dos livros, são entretidas maleabilidades na composição do “grupo” (atualizada), nos perfis retratados dos membros que persistem (redefinidos por transformações biográficas e conjunturais) e na história narrada (adaptada às estratégias e investimentos do próprio organizador).

Finalmente, a missão de engrandecer a “produção” dos acadêmicos, presente na justificativa das reedições, é acompanhada sistematicamente pela vinculação desses aos “ascendentes” mais “ilustres”, como pode ser observado na passagem em que é exaltado Josué Montello (ex-reitor da Universidade Federal do Maranhão, autor de dezenas de livros e que fora membro da Academia Brasileira de Letras, entre outras posições conquistadas). É possível perceber como o “escritor” e sua produção literária, apresentada como excepcional, são incorporados ao patrimônio coletivo (ver o significado de “Perdemos” no trecho). No entanto, a mesma produção literária é utilizada como caso que exemplifica o padrão, quantitativo e qualitativo, de produção dos “acadêmicos” (observar o extrato “companheiros produzem bastante e muito bem”), auxiliando, pois, para a auto-defesa grupal das “injustiças” que o autor da matéria julga serem cometidas com os membros da AML e com a “instituição”

---

<sup>9</sup> Ao analisar a documentação da Academia Brasileira de Medicina, Coradini (1998, p. 216) ponderou que; “os próprios documentos históricos foram produzidos com finalidades hagiográficas ou de construção de monumentos e as instituições (...) propõem uma imagem pré-construída delas mesmas, não somente através das representações que elas oferecem espontaneamente (e em particular o discurso de celebração), mas também através dos dados que elas liberam às vezes expressamente, ou ao contrário, recusam”.

(atentar para a adjetivação dos críticos como “conhecidos maledicentes praticantes e deslembados intencionais”)<sup>10</sup>.

Neste paper, optou-se por trabalhar somente com a última edição dos “Perfis Acadêmicos”, que traz a atual composição dos “imortais” e informações biográficas mais consistentes (já que foram atualizadas) daqueles que persistiram no quadro de componentes da AML entre uma edição e outra do livro<sup>11</sup>. É importante ressaltar que a população retratada nesse livro apresenta vários tipos de vínculos com a AML e de sentidos atribuídos a esse pertencimento. São descritos perfis desde agentes que ingressaram muito cedo nesta instância e consagraram-se em outros domínios da política e da cultura (ocupando posições destaque nos planos regionais ou nacionais), exemplificados por Jomar Moraes e José Sarney. Há outros casos, mais frequentes, que a chegada tardia funciona como reconhecimento da reputação adquirida (de forma alternada ou simultânea) como políticos (sobretudo ex-parlamentares), profissionais (professores universitários, médicos, advogados, etc.), atuantes em movimentos culturais que agregaram redes de “intelectuais”, dirigentes e colaboradores de instâncias da cultura (ex-reitores, membros de outros institutos e academias, etc.) e gestores públicos (novamente ex-reitores, secretários de estado, etc.).

Logo, por meio dos casos expostos no livro, contorna-se uma cartografia de amálgamas das inscrições culturais e políticas que ligam notáveis da cultura e da política no estado. Mas que também enredam instituições (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Secretaria do Estado da Cultura - SECMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão - IPHAN, Sociedade Maranhense de Cultura Superior - SOMACS, Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE, Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão - IHGM, Academia Maranhense de Ciências - AMC, etc.). Sem deixar de mencionar o elo que estabelecem entre movimentos culturais que se sucederam no tempo (como Centro Cultural Gonçalves Dias, Grupo Ilha, Movelaria Guanabara, Afluente, Movimento Graalista, Amigos de Apolônia, Movimento os Novíssimos Atenienses, Guarnicê, etc.). Em geral, foram efêmeros, porém atuaram como nucleadores, catalizadores e coaguladores de redes de afinidades sociais, culturais e políticas, além de marcos balizadores de alianças e clivagens relativamente persistentes nos tecidos de posicionalidades que orientam (sob um olhar

---

<sup>10</sup> Retomando Nora (1993), é importante ressaltar que os panteões são lugares objetivados, mas com sentidos que podem ser variados e transitivos, no tempo, no espaço, para indivíduos ou categorias. Por conseguinte, ao lado da “panteotização” existe a “despanteotização”, ilustrando a que ponto a memória, na sua organização como na sua celebração, pode ser uma questão de disputa de poder.

<sup>11</sup> Ainda não foi possível avançar como necessário na comparação entre as edições e realizar a prosopografia do conjunto de casos biografados nas cinco edições.

estratégico de curto prazo, mas também a partir de ótica retrospectiva e prospectiva) os agentes<sup>12</sup>.

Antes de iniciar a análise dessa edição do livro e do conjunto de “perfis” apresentados, cumpre examinar o lugar do acadêmico responsável pela “pesquisa, organização e textos” na divisão do trabalho de exaltação coletiva. As três tarefas assumidas por Jomar Moraes, “pesquisar”, “organizar” e “escrever sobre os confrades”, remetem à execução de encargos institucionais, valorizados pela condição de porta-voz da AML a ele conferida (como seu presidente por um longo período), e de atividades menos autorais, logo dotadas de menor legitimidade na hierarquia de produções intelectuais assinadas pelos acadêmicos.

O “perfil” de Jomar Moraes, considerado relacionalmente ao conjunto de “escritores” com assento na AML, auxilia na compreensão da posição dúbia por ele assumida, simultaneamente como interprete autorizado da literatura regional e agente dependente tanto de postos permitidos pelas investidas institucionais como de ligações pessoais possibilitadas pela inscrição no meio cultural. Ou seja, sua figura assemelha-se a de um *oblato*, expressão utilizada com frequência por Pierre Bourdieu para caracterizar agentes dependentes de recursos delegados por instituições e desapossados de meios privados (como capital econômico e cultural) acumulados ao longo da vida e/ou herdados do grupo familiar. Contudo, neste caso, tão decisivo quanto as posições nas instituições são as inscrições em redes de relações (“grupos” na linguagem autóctone) e a divisão do trabalho intelectual que atravessa meios e lugares do domínio da “cultura” no Maranhão (o que pode ser percebido, inclusive, na comparação entre os dois universos de agentes contemplados neste paper e os perfis que identificamos nas populações por meio das sociografias).

Jomar Moraes nasceu em Guimarães/MA (1940) e morou em várias outros municípios do interior do estado, até seu pai, Alípio Moraes Filho, se estabelecer em Carutapera. Este último era professor de música, sem ter frequentado cursos formais para tanto, e casou duas vezes, sendo que na segunda com a mãe de Jomar Moraes, que era filha de um “mestre de barcos”. Jomar teria sido “educado em casa” pelos pais, em um ambiente marcado por gostos legítimos (assinaturas de jornais, revistas, acesso a discos, etc.). Porém, na adolescência e entrada na fase adulta estava desprovido dos títulos escolares formais que habilitam o acesso a profissões valorizadas social, cultural e economicamente. Dessa forma, foi policial (soldado, cabo e sargento), funcionário público nos correios (estafeta e postalista). Concluiu o equivalente ao ensino médio por meio dos chamados “exames de madureza” (semelhante ao

---

<sup>12</sup> Um mapa das inscrições dos “escritores” nessas instituições e movimentos, pode ser encontrado em Silva (2013).



hoje denominado supletivo) com quase 30 anos e o bacharelado em Direito em 1976, com 36 anos. Ainda sem formação escolar superior, conquistada tardiamente quando comparada a de seus “confrades”, ingressou na AML em 1969, após vencer alguns concurso literários e quando José Sarney ocupava a presidência da entidade. Passou, então, a ocupar uma série de cargos públicos (administrativos), facilitados pela rede de amizades e contatos que o pertencimento à AML permitia<sup>13</sup>.

O rol de cargos é apresentado em sua biografia nos “Perfis Acadêmicos”:

Diretor do Serviço de Administração da Secretaria de Educação e Cultura - 1970-71; diretor da Biblioteca Pública do Estado -1971-73; Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão- 1973-75; diretor do serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado – Sioje - 1975-80; diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão - 1981-85; secretário da Cultura do Estado do Maranhão -1985-87. (MORAES, 2014, p. 52).

Atuou como advogado da UFMA, entre 1984 a 2006. Teria assumido esse cargo graças ao convite do então reitor e seu amigo desde a década de 1960, José Maria Cabral Marques (ocupante da cadeira 38 da AML, eleito em 23/11/2000 e empossado em 06/04/2001, quando Jomar era presidente) com o qual já trabalhara na secretária de educação na década de 1960. Tal função foi exercida paralelamente à presidência da AML (1984-2006), sendo o presidente que exerceu o cargo pelo maior período de tempo na entidade. Aposentou-se como auditor Fiscal do Estado do Maranhão e procurador da Universidade Federal do Maranhão.

Sua vasta produção bibliográfica (com centenas de títulos) iniciada com um livro de poesia, de 1963, traz como gênero principal as biografias históricas (individuais e coletivas), bem como “edições de textos, com introduções e notas” (MORAES, 2014, p. 54). O livro “Perfis Acadêmicos”, então, acompanha a modalidade de produção escrita na qual Jomar Moraes se especializou, isto é, voltada para o “resgate” da história da literatura regional por meio de “ícones” (instituições e personagens).

Faleceu em 2016, quando redigíamos esse paper.

Iniciamos o exame da 5.<sup>a</sup> edição do livro por meio elementos pré-textuais (capas, orelhas, apresentação e prefácio). Na sequência, observamos as recorrências de informações presentes nos verbetes biográficos.

A primeira e a quarta capas ostentam fotos dos 40 acadêmicos. Sendo que na primeira consta ainda o selo das Edições da AML e, obviamente, o título, a menção de tratar-se da 5.<sup>a</sup> Edição e o crédito da “Pesquisa, organização e textos” a Jomar Moraes. Na quarta capa, em relevo, vemos a foto da fachada da sede da entidade (em destaque), a logomarca da Alumar -

---

<sup>13</sup> Os dados foram coligidos a partir de Reis (2014), Silva (2013) e Moraes (2014).

Consórcio de Alumínio do Maranhão - (como patrocinadora) e a barra eletrônica com o ISBN. Nos versos de ambas, assinaturas de expoentes célebres da literatura regional, como Graça Aranha, Manuel Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Coelho Neto, João Francisco Lisboa, Lago Burnet, Francisco Sotero Reis, entre outros.

Nas orelhas do livro está distribuído texto de apresentação do livro, de autoria de Jomar Moraes. Escrito na primeira pessoa, nele são destacadas as reedições e enfatizada a função do livro de servir “a quem estiver disposto a estudar a história da Academia Maranhense de Letras”. Percebe-se, ainda, o esforço de autovalorização do organizador e do seu trabalho, adjetivado de “exaustivo” e “penoso”. Os fatores alegados para essa sobrecarga seriam, por um lado, a “dificuldade em encontrar dados dispersos”, e, por outro lado, o “reprovável descaso de alguns confrades que nem sempre atenderam com presteza e exatidão razoáveis aos pedidos de informações (...). E casos houve até de completo silêncio em face desses pedidos”. Tal registro, em tom de queixa, não se sobrepõe, contudo, à auto-cultuação e à afirmação do sentido de “grupo” ou de “clube” que marcam esse tipo de instituição<sup>14</sup>, grifando que a edição teria sido “gestada na fraternidade que nos congrega e anima em torno de um ideal comum: o culto e o cultivo das grandes e honrosas tradições culturais do Maranhão, chama votiva que jamais se apagará, graças ao vigor do presente e às esperanças do futuro, os quais tem por *numes* nosso avós”.

Desse modo, observa-se novamente a dupla face desse agente que se encarrega de uma tarefa “exaustiva” e “penosa” (que é até tratada com “descaso” por alguns “confrades”) em nome da instituição, situando-se ao mesmo tempo como o porta-voz da memória da instituição, o gestor das “mais honrosas tradições culturais do Maranhão” e o intérprete dos elos entre aos chamados “avós”, o “presente” e o “futuro”.

Um pequeno texto de uma página, intitulado “Dados Gerais sobre a Academia Maranhense de Letras (Casa de Antonio Lobo)”, abre a publicação. As informações fornecidas nessa breve caracterização da entidade restringem-se à data de fundação (10 de agosto de 1908); aos nomes dos seus fundadores; a decretos e leis relativos à sua institucionalização; e ao endereço da “sede própria”.

Tais elementos são destacados no “Prefácio à 5.<sup>a</sup> Edição”, no qual são reproduzidos e detalhados, em aproximadamente 7 páginas, os dados ali assinalados. O texto - que sucede o sumário (este último organizado a partir da lista de membros efetivos ordenados mediante os números das respectivas cadeiras, num total de 40) - prioriza a história da AML em detrimento da apresentação do livro, como é esperado em prefácios. O histórico, por seu

---

<sup>14</sup> Ver os trabalhos de Quintella (1984) e Coradini (1998).

turno, está balizado em dois aspectos: a exaltação da tradição literária regional e a atestação de demonstrações do êxito da AML no terreno da constituição de um aparato administrativo provido de meios de gestão e regulamentos.

Assim, Jomar Moraes localiza a origem da AML relacionando-a a duas “agregações culturais”, Oficina dos Novos e Renascença Literária, que teriam sido fundadas no final século XIX e início do XX. Uma certa continuidade alicerçada por patronos comuns e membros que se repetem é estabelecida especialmente com a Oficina dos Novos, reforçada pelos lugar que seria atribuído ao poeta Gonçalves Dias nas duas entidades (MORAES, 2014, p. 8).

O local de fundação da AML, o grupo de fundadores e o primeiro presidente também são mencionados, concluindo a descrição desse momento de fundação.

Na sequência, o autor traça um cenário inicial negativo - marcado por “pouco entusiasmo” (exemplificado pelo fato da primeira reunião ter ocorrido em 1916) e pela “instabilidade” (ilustrada pela ausência de local fixo para o seu funcionamento) - para caracterizar as primeiras décadas de existência da entidade. Esse quadro, por sua vez, serve de parâmetro para realçar as conquistas acumuladas nos terrenos da organização jurídica (reformas estatutárias e resoluções) e das condições de funcionamentos (leia-se “sede própria” e recursos financeiros) paulatinamente conquistados.

O progressivo fortalecimento institucional é narrado em obediência à preocupação de celebrar a articulação entre presidentes da AML de destaque e governantes “benfeitores”. Com efeito, sobre os ex-presidente, pontua que Clodoaldo Cardoso teria sido o responsável pelo “processo de revigoração da entidade” (MORAES, 2014, p.10); Mario Meireles o artífice do auxílio ao “desenvolvimento e consolidação do ensino superior do Maranhão” (Idem, p. 10); Lino de Moraes Rêgo o fomentador de um “período de conferências, cursos, concursos literários e sessões comemorativas inesquecíveis”. Já os políticos são reverenciados por suas contribuições na condição de “benfeitores da instituição”, apresentados ao lado dos decretos e leis por eles “decretados” “enviados”, “sancionados”, etc. que teriam garantido “sede”, “subvenções”, “convênios”, etc. (MORAES, 2014, p. 11).

A fórmula de homenagem usada, via mescla de elogio aos dirigentes da AML e aos “benfeitores políticos”, é replicada no balanço do período em que Jomar Moraes esteve à frente da diretoria da AML. Momento caracterizado como voltado “para o melhor e mais dinâmico funcionamento da Academia”, possibilitado “graças à completa reforma do prédio-sede (...) para os quais contribuíram [segundo ele] órgãos públicos e empresas privadas, [que] foram ultimados graças à substancial ajuda financeira do Governo federal, à época chefiado

pelo acadêmico José Sarney. (...). A obtenção de “sede condigna” teria viabilizado, por sua vez, “outras iniciativas” que Jomar Moraes arrola para finalizar, de forma auto laudatória, a avaliação dos seus anos de gestão:

É de inteira justiça registrar que no período iniciado em 1984 a Academia passou a ter, nesta cidade e além dela, uma presença expressiva de suas atividades institucionais, graças ao que atingiu relevo que nunca antes alcançara em nossa comunidade. (MORAES, 2014, p. 12-13)

Especificamente sobre os verbetes biográficos, razão principal da publicação, salienta-se que os mesmos são precedidos do número da cadeira; do nome do patrono (com locais e datas de nascimento e morte); o nome do fundador (com locais e datas de nascimento e morte acompanhados da data de admissão e do discurso de elogio ao patrono); dos nomes dos sucessores do fundador, logo dos antecessores do atual ocupante (com locais e datas de nascimento e morte, acrescidos dos responsáveis pela recepção); e finalmente é apresentado o nome do atual membro efetivo e ocupante da cadeira (com data da eleição e da posse, nome do acadêmico que faz o discurso de recepção, endereço, telefone e e-mail). Ilustrado com a fotografia do “confrade”, os textos trazem formatos e dados muitos semelhantes. Uma primeira parte informando basicamente local de nascimento, nomes dos pais, percurso escolar (ensino médio e superior), ocupações (incluindo funções políticas de tipos variados e participação mais ou menos profissionalizada em veículos de comunicação). E uma segunda parte dedicada a uma lista de publicações, sendo que, no caso dos livros, são especificados cidades, editoras e anos das publicações<sup>15</sup>.

Foi possível, pois, realizar tratamento sociográfico desse segmento social, isto é, os membros da AML em 2014<sup>16</sup>, e, então, apreender a composição social do universo em pauta. Nota-se, em linhas gerais, o efeito da seleção social por meio da observação do contexto de ingresso na instituição, o sexo, a origem geográfica e o percurso escolar dos agentes, bem como a influência do vínculo com o domínio da política para o enobrecimento intelectual.

Observando a data de nascimento, percebe-se uma concentração de “escritores” nascidos nas décadas de 1930, somando 14 (35%), e 1940, somando outros 14 (35%). Esse contingente representa quase  $\frac{3}{4}$  da população. Apenas 4 nasceram na década de 1920 e 8

---

<sup>15</sup> O livro descreve ainda, em suas páginas finais, os membros correspondentes e os integrantes do Conselho de Decanato (os 10 mais antigos membros da AML), no qual consta Jomar Moraes; lista dos acadêmicos situados entre o 11.º e 20.º lugares no ranking de antiguidade; e a galeria de presidentes (com período de exercício do cargo), na qual destacam-se pela longevidade o próprio organizador da publicação (aproximadamente 22 anos de presidência).

<sup>16</sup> Nos últimos anos várias cadeiras tiveram seus ocupantes substituídos. O que exigirá, provavelmente, nova edição dos “Perfis Acadêmicos”. Com o falecimento de Jomar, resta a questão sobre quem se incumbirá da função.

depois de 1950. As datas de nascimento (majoritariamente entre os anos 30 e 40) são indícios que os agentes pertenceram a uma séria de movimentos literários e conflitos políticos, ocorridos em São Luís entre as décadas de 1950 e 1960, que teriam possibilitado a inscrição precoce deles em redes de produtores culturais, como destaca Silva (2013) em estudo que abarca uma população mais vasta de “literatos” e utiliza fontes biográficas mais variadas.

É possível localizar também, por intermédio dos dados disponíveis, a idade de ingresso dos agentes na AML. Apenas 3 (7,5%) chegaram à AML com idade entre 20 e 29 anos: o membro mais notório da entidade, o ex-presidente da República José Sarney (empossado com 22 anos); o ex-presidente da AML Jomar Moraes (com 29 anos), que organiza a publicação analisada neste paper; e Magson da Silva (com 26 anos), assim apresentado no verbete: “Temperamento retraído e até mesmo esquisito, nunca pertenceu a grupos ou movimento literários, contando-se, entre suas raras amizades de motivação intelectual, o poeta e acadêmico Assis Garrido, que muito o distinguiu com sua especial amizade” (MORAES, 2014, p. 105-106). Nitidamente, a menor reputação social atribuída ao último “acadêmico” (que parece destoar dos demais) é contrabalançada pela “amizade” que o “distingue” (implicitamente explicando a sua presença no “panteão”).

Outros 3 (7,5%) chegaram com idade entre 30 e 39 anos. São eles: o ex-deputado Ivan Sarney (irmão de José Sarney); Américo de Azevedo, apresentado em seu verbete como “Descendente de tradicional família maranhense que muito há contribuído para o enriquecimento de nossas letras [que] embora seja poeta, cronista, romancista e jornalista, gosta mesmo é de ser chamado Homem de Teatro”, posteriormente “secretário municipal e estadual de cultura foi [também] diretor de turismo em São Luís e diretor do órgão turístico do nordeste” (MORAES, 2014, p. 79-80); e Waldomiro Viana, que ocupou (com 38 anos) a cadeira 2 da AML que outrora foi ocupada por seu pai, Fernando Viana, e que exerceu dezenas de cargos administrativos em governos e na UFMA.

No outro extremo, 6 (15%) chegaram com mais de 60 anos e 5 (12,5%) com mais de 70 anos, premiando, ao que parece, carreiras profissionais, administrativas e políticas de destaque. Exemplares desses percursos, são os ex-reitores da UFMA, o médico Natalino Salgado Filho (empossado como 66 anos) e José Maria Cabral Marques (que tomou posse com 72 anos), que, apesar das vivências universitárias, não ostentavam trabalhos autorais em forma de livros quando chegaram à AML<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Natalino Salgado preparava um livro sobre o médico Tarquínio Lopes, lançado três anos depois da posse, e Cabral Marques tinha uma coletânea de discursos proferidos na sua gestão como reitor.

Quase metade, 18 (45%) foram empossados como idades que variam entre 50 e 59 anos e 5 (12,5%) entre 40 e 49 anos. Esses compõem o padrão de percurso mais frequente, isto é, de personalidades já testadas política e profissionalmente, também com reconhecimento como “intelectuais locais”, que posteriormente agregam esse pertencimento à AML a outros já acumulados em suas trajetórias.

Quanto ao perfil social, inicialmente cumpre registrar que a população é composta predominantemente por homens: 37 (92,5%) contra 3 (7,5%) mulheres<sup>18</sup>. No que toca à origem geográfica, 14 (35%) nasceram em São Luís (capital), 21 (52,5%) em municípios do interior do Maranhão e 5 (12,5%) fora do estado. Apesar da forte presença de acadêmicos advindos de cidades pequenas e médias do Maranhão, os percursos escolares apontam para uma forte endogamia social. Dos 24 perfis que fornecem informação sobre escola de conclusão de ensino médio, 19 deles (76%) obtiveram o título na capital e em colégios públicos e privados frequentados pela “elite local” (Marista, Santa Teresa, São Luiz, Liceu Maranhense e Seminário) e 4 (16,6%) em outros estados em instituições homólogas, ao passo que apenas 1 obteve no interior. Já no que tange à obtenção do título superior, de um total de 34 perfis que fornecem a informação, 26 deles (76,5%) conquistaram o primeiro diploma na UFMA (ou denominações anteriores) e 8 (23,5%) fora do Maranhão. Os deslocamentos do interior para capital e da capital para outros centros como parte das estratégias escolares são bastante dispendiosas, logo acessíveis a famílias oriundas de extrações sociais privilegiadas.

Obteve-se informação sobre os títulos superiores de 36 casos. Considerando a primeira graduação, 18 (metade) são bacharéis em direito e os demais 18 obtiveram diplomas em medicina, comunicação, engenharia e economia (bem distribuídos), assim como em licenciaturas variadas. 7 deles fizeram uma segunda graduação: sendo 3 em filosofia e 1 em comunicação, direito, letras e serviço social. No tocante à pós-graduação, 14 fizeram mestrados e 8 doutorados, majoritariamente fora do Maranhão e do país (apenas 1 na UFMA). Novamente, constatam-se os esforços dos agentes em munirem-se de títulos distintivos socialmente, por conta dos reconhecimentos que desfrutaram e das exigências em termos de recursos (herdados e adquiridos) que acarretam.

No que se refere à vinculação com o mundo da política, 9 agentes ocuparam cargos eletivos (praticamente  $\frac{1}{4}$  do universo), assim como 28 (quase  $\frac{3}{4}$  do universo) ocuparam vários cargos administrativos em governos estaduais e/ou municipais. Sem deixar de mencionar os

---

<sup>18</sup> Para uma reconstituição histórica da baixa presença feminina na AML e as representações contribuem para essa “ausência”, ver Kerly Silva (2009). No momento em que escreveu seu trabalho de dissertação de mestrado, apenas oito mulheres haviam sido eleitas para uma cadeira em toda a história da instituição. De lá para cá, nenhuma nova “acadêmica” aumentou esse número.

10 casos (25% do total) que ocuparam cargos de gestão (reitorias, pró-reitorias, direções de centro) em universidades. Informações bastante destacadas em cada biografia, com espaço semelhante àquele dedicado à produção de livros.

É possível observar ainda uma forte multiposicionalidade desses agentes atuando simultaneamente em entidades como academias, institutos, associações, conselhos, etc. Entre elas destacam-se o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, do qual fazem parte 8 membros da AML, as outras academias de letras as quais pertencem 10 membros e os órgãos de representação profissional, aos quais estão ligados 13 membros.

Finalmente, a partir da fonte tomada aqui para coleta de informações, em números aproximados pode-se indicar que 17 (42,5%) acadêmicos possuem menos de 5 livros assinados ao longo da vida, 12 (30%) escreveram entre 6 e 10 obras e 11 (27,5%) publicaram acima de 10 títulos. Já a participação contínua e sistemática em jornais consta para mais da metade, 21 de 40, dos acadêmicos retratados na obra, dado fornecido com significativo realce no conjunto de cada biografia.

Embora os dados apontem para a reprodução de um padrão de seleção reiteradamente destacado em análises sobre academias de letras e institutos históricos e geográficos, cumpre pontuar alguns perfis que sinalizam para uma relativa (embora muito tímida) diversificação de origens, investimentos intelectuais, temáticas e linguagens nesse segmento de elite.

O ocupante da cadeira 37, Joaquim Haickel (empossado em 02/10/2009), é originário de uma família de comerciantes. O lado paterno é formado por descendentes de libaneses que ascenderam econômica e politicamente (o pai foi deputado estadual e federal), porém sem inscrições no domínio cultural. No seu discurso de posse na AML, o acadêmico ativa elementos que tanto o afastam dos membros dessa galeria de notáveis (como as disposições para o comércio e os negócios ligadas à origem social) quanto o aproximam deles (em virtude da ascensão social do pai e seu pertencimento às mais altas rodas do Maranhão). Joaquim exerceu mandatos na Assembleia Legislativa e foi deputado constituinte, além de secretário de estado em vários governos. No início da década de 1980 liderou uma rede de poetas e polemizou, à época, com os ocupantes da AML. Apesar da notoriedade prévia como político e descendentes de “família de políticos”, obteve reconhecimento no cenário cultural maranhense por várias publicações (individuais e coletivas) que visavam construir um corte geracional (com linguagens e temas tidos como inovadores) e investiu em novos meios, sobretudo o cinema (que lhe rendeu vários prêmios)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Uma análise detalhada desse caso, pode ser encontrada em Reis e Grill (2016).

Já o ocupante da cadeira n.5 Agostinho Marques Neto (empossado em 13/12/2011), embora seja filho de um juiz de direito e tenha ocupado cargos administrativos na UFMA durante a década de 1970, ocupou, durante os anos 1980 e 1990, um lugar de expoente do que passou a ser chamado “movimento do direito crítico” no âmbito acadêmico (concluiu o mestrado e o doutorado, respectivamente no PUC/RJ e na UNICAMP). Com base nos títulos escolares e profissionais e o reconhecimento como militante (sindicalista e assessor de movimentos sociais) auxiliou na implantação de espaços acadêmicos para o proselitismo do “direito alternativo” e escreveu diversos textos sobre o tema, ao mesmo tempo que militava no sindicato de docentes (APRUMA, sendo inclusive presidente e vice-presidente da entidade). Depois, converteu-se à “psicanálise lacaniana”, nos anos 1990<sup>20</sup>.

Por fim, o ocupante da cadeira 23, Luiz Phelippe Andrés (empossado em 23/05/2013), é engenheiro e mestre em desenvolvimento urbano. De origem mineira (filho de um médico e de uma escritora), não tinha vínculo com as “famílias maranhenses tradicionais” quando chegou ao estado. Passou a residir em São Luís a partir do final da década de 1970, como funcionário da Companhia Energética do Maranhão-CEMAR. Para a sua afirmação contou o reconhecimento da sua atuação na área cultural voltada para a preservação do patrimônio histórico. Ocupou dezenas de cargos administrativos em governos ligados à essa área de intervenção nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000. Em 1996 esteve à frente da produção do dossiê enviado à UNESCO para a obtenção do título de Patrimônio Mundial da Humanidade para o centro histórico de São Luís. Fez estágio em Paris. O seu verbete nos Perfis Acadêmicos é o único que traz uma lista (destacada em quadro) de pareceres “técnicos” (aprovados no IPHAN) como parte da sua produção (MORAES, 2014, p. 94). Sua inscrição nos círculos estabelecidos não se deu somente pela ocupação de cargos político-administrativos, via conhecimento “técnico”, mas também através de dois casamentos. Sua ex-mulher é museóloga e curadora de bens culturais do Palácio dos Leões (sede do Governo do Estado do Maranhão). Já a atual esposa é filha do primeiro cardiologista do Maranhão, que ocupou os cargos como secretário estadual de Saúde do Governo José Sarney, na década de 1960, e de vice-governador do estado na gestão Nunes Freire, nos anos 1970, bem como administrou, por quase 50 anos, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. É ex-cunhada de José Sarney<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Para mais detalhes sobre a sua trajetória intelectual, ver Cordeiro Barros (2013).

<sup>21</sup> Mais dados podem sobre Andrés e sua localização vis-à-vis outros porta-vozes da cultura no Maranhão, podem ser encontrados em Reis (2014)



## **“Perfis de cultura popular”:** condicionantes e lógicas de construção de um “panteão”

“Perfis de cultura popular: Mestres, pesquisadores e incentivadores da cultura popular maranhense” é uma coletânea que reúne “personalidades” que já haviam sido homenageadas nos Boletins da Comissão Maranhense de Folclore (CMF) e nos volumes de “Memórias de Velhos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense”. O prefácio do livro, escrito pelo Antropólogo e professor aposentado da UFMA Sérgio Ferreti (em uma página), destaca a continuidade entre esse empreendimento editorial e aquele efetuado na CMF, exaltando o trabalho das organizadoras e o esforço coletivos dos pesquisadores. Segundo ele:

Os textos foram escritos por vários autores e publicados entre 1993 e 2014, em sua maioria na sessão *Perfil Popular*, do Boletim da Comissão Maranhense de Folclore. Os personagens tratados nos textos são mestres, que se destacaram na diferentes áreas da cultura popular (...) ou pesquisadores e incentivadores do folclore maranhense.

A organização de textos publicados ao longo de mais de dez anos, foi bastante trabalhosa, demandando muito tempo e trabalho das organizadoras, envolvendo várias atividades e exigindo vários colaboradores. (FERRETTI e LIMA, 2015, p. 13).

Conforme grifado no texto de Apresentação do livro, assinado pelas organizadoras - a antropóloga e professora aposentada da UFMA e UEMA, Mundicarmo Ferretti, e a “pesquisadora de cultura popular” (como é conhecida), Zelinda Lima, o objetivo é que as “personalidades” nele apresentadas sejam “ainda mais admiradas e tomadas como modelo”, isso “não apenas em reconhecimento de seus méritos e do valor de suas obras como também no desejo de potencializar ainda mais a sua influência e a sua contribuição social” (p.15).

Nesse ímpeto de torná-las admiradas, há um forte apelo de heroicização e sacralização, para o qual a vinculação entre as expressões da “cultura popular” e a “religiosidade”, é óbvio, conta fortemente<sup>22</sup>. Todavia, mesmo as manifestações tidas como “profanas” ou externas à lógica do “sagrado” são absorvidas nestas operações que visam promover o (re)encantamento do “popular”.

A capa do “livro” ostenta várias fotos de plantas, rendas, palhas, vela, camarão, violão, entre outros elementos comumente associados às “manifestações” da chamada “cultura popular”. Exatamente aquelas utilizadas, na quarta capa, para justificar a escolha dos “biografados”, quer dizer, por “serem pessoas que se destacaram no Maranhão por seus

---

<sup>22</sup> Segundo Coradini (1998, p. 212); “o que distingue os agentes sociais considerados como heróis dos meramente dominantes é o fato de que esta posição de herói e aquilo que ela representa em termos de valores culturais representados pela ‘figura’ ou imagem social são consagrados e passam a fazer parte da ordem do sagrado, em oposição ao profano”.

trabalhos nas áreas de artesanato, bumba-boi, carnaval, culinária, dança folclórica, festas do catolicismo popular, música, rituais afro-brasileiros, teatro, pesquisa ou são conhecidos como grandes incentivadores do folclore”. Percebe-se, desde já, nos trechos pré-textuais até então analisados, o imbricamento entre produção cultural, pesquisa e incentivo.

Com 304 páginas, a coletânea, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA – (cujas logomarcas aparecem na quarta capa entre a do governo do estado do Maranhão e da Comissão Maranhense de Folclore - CFM<sup>23</sup>), é dividida em temáticas (artesanato, bumba-boi, carnaval, culinária, dança folclórica, festas do catolicismo popular, medicina popular, música, rituais afro-brasileiros, teatro e pesquisadores e incentivadores do folclore) para as quais são distribuídas 68 biografias produzidas por 34 biógrafos. Boa parte deles é componente da CMF, inclusive as organizadoras: Mundicarmo Ferretti e Zelinda Lima. Ambas são assinantes de, respectivamente, 07 e 05 verbetes. Sendo que Zelinda aparece como autora da sua própria biografia. O prefácio e 05 capítulos são assinados pelo presidente da CMF, o antropólogo e marido de Mundicarmo, Sérgio Ferretti. O falecido esposo de Zelinda, Carlos Lima (membro titular da CMF) também é biógrafo e biografado no livro. A filha do casal, do mesmo modo, aparece como autora.

A orelha do livro foi assinada por uma doutora em sociologia, professora da Universidade Federal do Ceará, irmã de uma figura central neste universo de relações e posições, Maria Michol Pinho de Carvalho (biógrafa e biografada). Esta última, no texto em questão, exalta o “caráter histórico-pedagógico” do livro que teria conseguido “efetivar uma fecunda aproximação à multiplicidade de saberes de mestres que, no exercício de seu ofício, nos ensinam que a cultura popular é uma criação permanente, que nos pertence como patrimônio e nos interpela a continuar, como exigência do nosso tempo!”. Como é possível perceber, é valorizada a função “histórico-pedagógica”, sinalizando para a valorização de um trabalho simultâneo de “resgate” (histórico) e de “ensinamento” ou “transmissão” (pedagógico).

Há entre os participantes deste empreendimento, pelo menos mais 08 casos de relações de parentesco, ao que é somado o pertencimento, igualmente preponderante, há bastante tempo, ao mesmo círculo de amizade e de inscrições nos mesmos domínios culturais. A esses vínculos, são acrescentados outros, por exemplo, derivados da conexão dos agentes com a universidade. Mediante elos de orientação, professores renovam adesões de jovens

---

<sup>23</sup> A filiação a essa entidade pode ser percebida também no rol de publicações presente na quarta capa como “Outras obras da Comissão Maranhense de Folclore”.

pesquisadores com perfis e engajamentos homólogos na “cultura popular” do estado. E alguns deles encontram disponibilidade de publicar artigos em um veículo como o Boletim da CMF e outros passam efetivamente a compor essa instância. É claro que isso não significa cálculo instrumental, pelo contrário, verifica-se a existência de uma matriz de referências comuns que animam relações e inserções sinceras.

Portanto, a publicação em pauta é resultado da dedicação de uma rede de agentes, inscritos em instâncias voltadas à definição/promoção/representação da “cultura popular tradicional, também conhecida como folclore” (p.15). E permite explorar, seguindo as orientações de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcante (2009), a ideia de que os estudos de folclore e cultura popular, no Maranhão, se destacam na agenda de preocupações políticas e acadêmicas, demonstrando que, “além da prática, da memória e da visão dos próprios brincantes que o realizam”, a existência, feições e valor que essas expressões assumem são dependentes da “confluência de forças sociais e níveis de cultura distintos” (p. 200).

A pesquisadora fala da interferência desse tipo de estudo na “formação das ciências sociais brasileiras” e do papel do Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964), que agregou uma rede de “intelectuais das elites locais”, oriundos de distintos estados da federação, com investimentos na identificação, armazenamento e divulgação de “manifestações folclóricas”. Entre eles, o ludovicense Domingos Vieira Filho esteve junto com o carioca Sérgio Ferretti (que, em 1967, casou-se com a maranhense Mundicarmo e passou a residir definitivamente no Maranhão em 1970) na gênese da institucionalização das ciências sociais no estado.

Cabem, então, algumas considerações prévias e sumárias sobre as condições de emergência dessa configuração.

Com o falecimento de Vieira Filho, na década de 1980, ao Centro de Cultura Popular foi conferido o seu nome e, entre os seus diretores, estiveram Aliete de Sá Marques, Joila Moraes (irmã de Jomar Moraes, ver seção anterior), Zelinda Lima e Maria Michol Pinho de Carvalho. Ainda na década de 1970, todas elas haviam sido convidadas por Ferretti a compor a Comissão Maranhense de Folclore (criada nacionalmente na década de 1940 e que havia existido no estado somente como uma subcomissão, representada por Domingos Vieira Filho). O objetivo da entidade local seria de “colaborar com o Centro de Cultura Popular”, do qual todos faziam parte, e também com outras “entidades culturais interessadas em promover, divulgar e pesquisar o folclore e a cultura popular no Maranhão”, como “Secretarias de Cultura, de Educação, de Turismo, com Fundações, Universidades, Academias” (FERRETTI, 2006, p. 166). É importante frisar que, a começar por Vieira Filho e Ferretti, essa rede de agentes ocupou cargos administrativos importantes para a retroalimentação de suas relações,

dos múltiplos trânsitos desfrutados e da produção de bens culturais. Principalmente sob os governos ligados ao localmente chamado “grupo político dominante”, que seria composto por todas aquelas pessoas ligadas à “família Sarney”.

Em 1992, a CMF foi reorganizada com a participação daqueles que se notabilizaram como intérpretes da “cultura popular” e do “folclore” no estado: os casais Sergio (presidente) e Mundicarmo Ferretti (cuja notabilidade é fortemente amparada na titulação escolar e pesquisas acadêmicas); Carlos (vice-presidente) e Zelinda Lima (cujas notabilidades são bastante fundadas no tempo em que se dedicam à produção e à pesquisa “autodidata” do “folclore” ou “cultura popular” do Maranhão). Também Maria Michol Pinho de Carvalho (à época secretária), Joila Moraes e Maria do Socorro Araújo, entre outros. Além de Ferretti, seus principais presidentes foram Carlos Lima, Maria Michol, Roza Santos e Lenir Pereira.

Um dos principais empreendimentos no âmbito da CMF tem sido a produção de boletins, que totalizam 58 números entre 1993 a 2015. Na classificação de assuntos localizada no site da CMF (<http://www.cmfolclore.ufma.br>, acessada em 09/12/2015), há 22 temáticas privilegiadas nos escritos publicados nos Boletins da CMF. São elas as mais recorrentemente colocadas no centro das definições sobre as quais se ocupam esses agentes dedicados em delinear aquilo que é “próprio” do Maranhão e em delimitar as fronteiras entre cada uma dessas “expressões”.

Portanto, são responsáveis pela imposição de percepções (compartilhadas e disputadas) acerca das origens, das aquisições apropriadas, dos “gostos” naturalizados, ritos necessários, das disposições e *hexis* corporais e estéticas, e tudo mais que se traduz naquilo que deve ser conservado como signo “cultural” e “regional”.

Outro empreendimento devotado por essa composição, iniciado na década de 1980, foi a organização de sete volumes, lançados entre 1997 e 2008, com depoimentos que seriam “uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense”, cujo título foi declaradamente inspirado no livro de Ecléa Bossi “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos” (FERRETTI, 1996, p.13). Entre os patrocinadores, encontram-se a CMF e, até o sexto volume, o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF). Michol de Carvalho aparece como chefe do CCPDVF até a quinta edição, na sexta ela já consta nos créditos do livro tanto como representante do governo na Superintendência de Cultura Popular, como coordenadora da série *Memórias de velhos: depoimentos* e ainda como Presidente da CMF, tendo Mundicarmo como sua vice.

No primeiro volume, Michol registrou na orelha do volume inaugural que “o essencial é partilhar com os depoentes a experiência dessa narrativa da nossa história, evocando

elementos do passado, que se tornam uma fonte de subsídios do presente, pois aquilo que é lembrado serve como fundamento para novas vivências, dentro do constante movimento do nosso cotidiano”. No sexto, Mundicarmo ressaltou a importância dos mais “velhos” como “elo de comunicação com o passado e que, se cada geração conseguir passar às outras um pouco de sua experiência, podemos confiar no futuro”. E, no último, Carlos Lima destacou os “depoimentos preciosos de pessoas” consideradas, “ao mesmo tempo, declarantes e prova dos fatos narrados. Mais ainda: pessoas que, por se acharem integradas no meio cultural, têm autoridade para falar daquilo que não só conhecem, mas praticam”.

É claro que é preciso um estudo mais aprofundado direcionado especificamente a esta coleção. A ideia aqui é somente reforçar os princípios e as modalidades de atuação privilegiada por um conjunto de agentes que se encontram em consonância no trabalho de “resgate”, “documentação”, “registro” de personagens e das “tradições culturais” do Maranhão, sobretudo com vistas à sua “preservação e transmissão para as próximas gerações”.

Outro material no qual esses elementos foram observados é no “Perfil Artístico e Cultura do Maranhão”, objeto de reflexão em Reis (2014) – Michol inclusive foi “consultora” responsável pela discussão sobre cultura popular, Zelinda apresentou a culinária “típica” e sua filha, Deborah Baesse, o “artesanato”. Naquele momento foi possível identificar a teia de indivíduos espalhados em domínios da cultura (teatro, música, dança, etc.) e que se concentram em lugares e meios de expressão (“grupos”, instituições governamentais e universitárias, publicações, etc.). A partir deles alimentam, renovam, tecem, redefinem e fixam momentaneamente lealdades, e retiram gratificações materiais e simbólicas dos seus engajamentos.

No “Perfis de cultura popular”, a cada capítulo são disponibilizadas notas de rodapé com alguns dados sobre os autores. Comumente são sublinhadas informações como: titulação escolar, vínculo institucional, cargos ocupados, pertencimento à CMF e a classificação como “pesquisador de cultura popular”. Com essas duas últimas etiquetas, são 25 autores. Existem referências à escolarização para 30 agentes: 18 graduados, 06 mestres e 06 doutores. Dos quatro restantes, dois são os fundadores da CMF, Zelinda e Carlos Lima (considerados “autoridades” no assunto), e dois são membros da entidade, sendo uma irmã de Jomar Moraes (e ele também está entre os autores da coletânea).

O livro combina consagração biográfica e temática. São onze categorias, expostas na publicação em ordem alfabética, de “atividades em que mais se destacam” as personalidades biografadas. Com o número respectivo de textos produzidos para cada uma delas em

parênteses, tem-se: 1º artesanato (2 textos); 2º bumba-boi (13); 3º carnaval (1); 4º culinária (2); 5º dança folclórica, cacuriá e tambor de crioula (4 textos); 6º festas do catolicismo popular (7), sendo sobre o divino espírito santo (3) e sobre os ritos natalinos (4); 7º medicina popular (2); 8º música (4); 9º rituais afro-brasileiros (16); 10º teatro (2); e 11º pesquisadores e incentivadores do folclore (15).

Observa-se, então, que as temáticas referentes ao “bumba-boi”, aos “rituais afro-brasileiros” e aos “pesquisadores e incentivadores do folclore” são, de longe, as que têm o maior número de verbetes. Isso é facilmente explicável por conta dos dois primeiros serem os alvos privilegiados das produções, intervenções e orientações dos dirigentes da CMF, e de ser o último a aposta (trazida desde os Boletins da CMF) no sentido de perenizar aqueles que, além de terem sido “produtores”, também se constituíram como porta-vozes da cultura popular. E isso, como será possível perceber nas propriedades por eles acumuladas relativamente aos “ícones” celebrados nas outras temáticas, graças à posse de recursos socialmente distintivos.

Todas as biografias são ilustradas com uma foto do respectivo personagem em moldura oval, sendo justificado, na apresentação do livro, que o intuito é “facilitar ainda mais a fixação dos homenageados na memória maranhense” (p.16). Depois dos capítulos, há um anexo elencando aqueles e aquelas que foram igualmente homenageados em algum dos sete volumes da coleção de livros “Memórias de Velhos”.

Como foi mencionado anteriormente, no total são 68 biografados, sendo que 30 são mulheres (44%). Alguns dos homenageados, mais precisamente 10, foram contemplados com mais de um verbete: 07 homens e 03 mulheres foram descritos em dois ou três textos. Se eles estão mais frequentemente enaltecidos, elas são mais preponderantemente as enaltecedoras. Entre os 34 autores dos perfis, encontram-se 23 mulheres (68%) e, entre os 84 textos produzidos, elas assinam 62 (74%). Como registro, 18 biógrafos assinaram somente uma biografia, 08 assinaram 02 e os demais (08) são autores de 05 ou mais verbetes. Entre esses últimos, há somente 02 homens: Carlos Lima e Sérgio Ferretti, responsáveis por 05 textos cada um.

Como já foi observado na seção anterior, quando comparamos as propriedade sociais do biógrafo Jomar Moraes e dos “acadêmicos biografados”, na divisão do trabalho de consagração de agentes atuantes no domínio da “cultura maranhense” parece haver uma relação entre a posição social ocupada e a função de consagrar “vultos”. Tal fato é perceptível neste universo, na relação entre gêneros, quando nota-se a maior propensão das mulheres a biografar (acumulando, inclusive, vários verbetes) e dos homens a serem biografados.

As informações destacadas nos verbetes permitem uma dupla apreensão: propicia esboçar os perfis sociais e culturais das “personalidades” abrangidas, ao mesmo tempo em que oportuniza verificar quais são as características valorizadas, consideradas distintivas e justificadoras do reconhecimento que deve ser tributado aos agentes. Portanto, os dados que seguem podem ser lidos a partir desses registros.

Inicialmente sobre o lugar de nascimento, somente 05 (07%) são provenientes de outros estados, também do nordeste: um do Rio Grande do Norte, dois do Ceará e dois do Pará; 27 (40%) dos biografados são oriundos do interior do Maranhão e 24 (35%) de São Luís. Esta informação não foi localizada para 12 (18%) casos. Mas preponderantemente residem ou residiram na capital, São Luís. Observamos, à semelhança que que foi constatado entre os membros da AML biografados, que a migração para a capital é fator determinante na seleção dos porta vozes/tribunos da cultura<sup>24</sup>. Nesse caso, o dado é ainda mais sintomático do efeito de seleção que as redes, meios e lugares da cultura situadas na capital exercem sobre os aspirantes à condição de porta-voz da identidade regional. Para representar as manifestações culturais, em grande medida desenvolvidas no interior, o reconhecimento no centro político-cultural do estado parece contar decisivamente.

Considerando as décadas do seu nascimento, a distribuição foi a seguinte: 27 (40%) nasceram entre 1920 e 1930; 25 (37%) são de décadas anteriores, isto é, entre o fim do século XIX e 1910; e 11 (16%) nasceram entre 1940 e 1950. Somente para 05 (07%) casos esta informação não foi mencionada no verbete. O exame do perfil etário dos biografados, dos principais responsáveis pelo projeto editorial (os casais Ferretti e Lima) e do conjunto de biógrafos que compõe a coletânea demonstra como delineia-se uma cadeia ascendente dos mais novos (jovens pesquisadores, muitos ex-orientandos e/ou discípulos e/ou descendentes diretos) aos pesquisadores estabelecidos (na universidade e/ou no CMF) consagrados socialmente como intérpretes da “cultura popular” aos homenageados como representantes das “expressões culturais”. Sendo assim, os intérpretes exercem a mediação entre os “velhos” ou “mortos” homenageados e os “jovens” incumbidos da celebração do passado e da continuidade do “legado”. Limites fluidos que fazem dos intérpretes tanto objetos de homenagens promovidas pelos “jovens” como zeladores do “legado” dos “velhos”, segundo distribuições por idade, prestígio, sexo, manifestações culturais, etc.

---

<sup>24</sup> Esse padrão também foi identificado em dois trabalhos em andamento no LEEPOC sobre membros da Academia Maranhense de Ciências (AMC) e do Instituto Históricas e Geográfico do Maranhão (IHGM). Anteriormente, foi, do mesmo modo, verificada essa necessidade de deslocamento para capital, como condição para obtenção de títulos escolares (principalmente diplomas universitários), entre deputados federais eleitos no estado (GRILL, 2008).

Infelizmente para 44 (65%) casos não encontramos nenhuma referência às ocupações dos pais ou às origens sociais. E, para os 24 (35%) restantes, pode-se atribuir a seguinte classificação/distribuição: 17 (71%) têm origens modestas, 04 (16,5%) são intermediárias e 03 (12,5%) podem ser considerados como de classe média alta. Observa-se que, tomando os 07 (29%) que somam esses dois últimos, 05 entre eles estão na categoria “pesquisadores e incentivadores do folclore”.

Porém, é possível traçar um pouco melhor o perfil social dos agentes com outros dados. No que diz respeito à escolarização, a incidência de informações não encontradas diminui um pouco, mas continua alta: são 39 (57%) casos. Entre os 29 restantes, têm-se: 06 (20,7%) com ensino fundamental incompleto ou completo, 01 (3,4%) com ensino médio incompleto; 04 (13,7%) com ensino médio ou técnico completo; 01 (3,4%) frequentou o seminário menor; para 02 (6,8%) agentes há somente a indicação de que têm “poucos estudos”; e 15 (51,7 %) realizaram o curso superior.

Aqui, é preciso fazer três apontamentos que são reforçados com outras ponderações. O primeiro refere-se ao fato de que entre esses 15 com curso superior (10 homens e 05 mulheres), 11 estão entre os “pesquisadores e incentivadores do folclore”. O segundo é que não há referência a casos com ensino superior incompleto; e o terceiro que a probabilidade de relativa escolarização entre os 39 casos para os quais essa informação não foi realçada é baixa, haja vista que titulações deste tipo, quando existem, costumam ser valorizadas em qualquer reconstrução biográfica. Portanto, objetivamente, parece haver uma distância social não negligenciável entre os “vultos” da “cultura popular”.

Quanto às atividades profissionais dos agentes, não verificamos nenhuma informação para apenas 18 (26%) casos. Os 50 demais, classificamos da forma que segue: com atividades manuais/autônomos são 08 (16%); operários de fábrica ou empregados sem exigência de escolarização média são 13 (26%); com atividades que exigem algum tipo de especialização formal são 09 (18%); pequenos empreendedores são 06 (12%); funcionários públicos estaduais são 08 (16%); funcionários públicos em geral são 02 (04%); e professores do ensino superior especificamente são 04 (08%).

Das informações destacadas nos verbetes, contam-se 17 (25%) agentes que ocuparam algum tipo de cargo político administrativo, especialmente em secretarias ou fundações de cultura municipal, estadual ou até nacional. Sendo que entre eles, 11 estão entre os “pesquisadores e incentivadores do folclore”. Desses 11, 07 são homens e 04 são mulheres, e 07 têm a formação em Direito (06 dos homens e 01 das mulheres).



Ainda é pertinente correlacionar as três temáticas com maior número de verbetes com o título escolar dos seus respectivos biógrafos. Para os 13 textos sobre “personalidades” associadas ao Bumba-boi, 06 são assinados por autores graduados (4 são textos da mesma pessoa), 06 por autores sem referência ao seu título escolar e um doutor. Somente um entre eles não é membro titular da CMF. Para os 16 vinculados aos “rituais afro-brasileiros”, 01 autor não tem formação universitária, 08 são assinados por uma mesma graduada, 01 é mestre e 08 tem autoria de doutores (07 são da mesma pessoa). O número excede ao total porque há dois textos para um caso e duas autoras assinando outro. Ressalva-se aqui que a doutora que assina os sete verbetes mencionados sempre dedicou seus estudos especificamente a esta temática (Mundicarmo Ferretti). Entre esses, dois autores não aparecem como pertencentes à CMF. Já para os 15 “pesquisadores e incentivadores do folclore”, os autores são: 04 textos assinados por doutores (dois são do mesmo autor), 02 de mestres, 04 de graduados e 06 são de autores que não explicitam títulos escolares, somente aparecem como “pesquisadores de cultura popular” e membros da CMF (aqui, dois autores assinam dois textos) e 3 textos são assinados por radialista aposentada (membro titular da CMF). Como foi dito anteriormente, a soma ultrapassa o número de casos porque para dois casos há dois textos de autores diferentes, e há dois autores assinando uma mesma nota biográfica.

Com a leitura dos textos, podemos trazer à tona outros aspectos relevantes à compreensão das distintas lógicas de consagração em jogo no universo examinado. Certamente a heterogeneidade de autores que os produziram indica que existem condições e registros particulares operando na produção de cada uma dessas narrativas. Mas, para o momento, nossa proposta é evidenciar regularidades que possibilitem apreender condicionantes e princípios mais gerais de classificação/percepção do mundo social relativamente ao nosso objeto de análise.

Neste sentido, grifamos, num primeiro momento, o corte entre as “personalidades” que foram privilegiadas pelo desempenho de “atividades” específicas consideradas expressões da “cultura popular” (“artesanato”, “bumba-boi”, “carnaval”, etc.) e aquelas que foram destacadas, não por exercer uma ou outra atividade, mas por “pesquisar” ou “incentivar” a “cultura popular”. Objeto e sujeito encontram-se sob o mesmo termo de síntese. Porém, é explicitamente diferenciada tanto a relação com a “cultura” como o tipo de “cultura” que representam.

Os primeiros são descritos por seu envolvimento “predestinado” ou “herdado da família”, de qualquer modo, inevitável e, de alguma forma, irrefletido: “desde cedo”, “desde criança”, “herdou a paixão da avó”, “nasceu enquanto um grupo de zabumba dançava...”,

“aprendeu a curar com a avó”, “com 08 anos de idade fez sua primeira composição”, “aos 12 anos de idade entrou em transe”, “seus poderes mediúnicos afluíram desde cedo”, “acompanhava a mãe desde cedo em rituais de mina”, etc. A tais “gêneses” são adicionadas denominações múltiplas que remetem à “religiosidade”, “sabedoria”, “liderança”, “carisma”, “lealdade”, etc. ou adjetivações como “benfeitor”, “guerreiro”, etc. Os textos, não raro, são carregados de conotações emotivas, heroicizadoras e com a aplicação direta de categorias, termos, nomenclaturas, cujos significados exigem alguma familiaridade no meio específico, na linguagem religiosa, na caracterização de ritos, festas, personagens, etc.

Os segundos são retratados a partir das suas inscrições em diversos e instituídos domínios culturais, como universidades, jornais, academias de letras, institutos de pesquisa (vale ressaltar que a metade deles compõe a Academia Maranhense de Letras e 40% fazem parte também do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão). Notadamente, são ressaltados os cargos de direção e postos políticos administrativos que ocuparam (exercidos por mais de 70% dos personagens dessas biografias). Enquanto aos anteriores são atribuídas virtudes naturalizadas, para estes, a cultura e a política são vistas como que “imanescentes”<sup>25</sup>, comprovadas com o rol de ocupação de posições de notabilidade, a participação nos atos de fundação e na administração de instâncias culturais consagradas e consagradoras (como a própria CMF), a publicação de livros (dos produtos culturais, os mais vangloriados). Sendo assim, as marcas de exaltação priorizadas são próprias do delineamento de uma condição de intelectual e condizentes com definições da “cultura” legítima: “erudição”, “produção”, “pioneirismo”, “conhecimento”, “vida e obra”, “sede de saber”, “intelectual”, “cultural”, “pesquisa”, “trabalho”, etc<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Embora estejam associados ao “popular”, assemelham-se a outros “panteões” de elites que, como salientou Coradini (1998), compartilham uma concepção de cultura particularística e aristocrática, dependente da celebração dos pares eruditos, do pertencimento a redes de interconhecimento e inter-reconhecimento e da ocupação de cargos públicos, promotores de notabilidades.

<sup>26</sup> O caso em tela assemelha-se àquele descrito por Fabiani (2003), quando analisou a produção da autenticidade na Córsega. Visualiza-se, assim, como a edificação de um panteão alternativo de produtores culturais pode manifestar “os poderes dos estereótipos”, e a “lógica de inversão dos estigmas”, almejada pela “valorização de formas de expressão desvalorizadas pela cultura dominante”, fazer emergir relações ambíguas de um grupo de mediadores culturais com o saber reconhecido, “imitando suas formas de investigação e comunicação, mas contestando sua pretensão à hegemonia”. Não raro é acionando a ideia de uma “naturalidade” (reforçando classificações estereotipadas) e o que é exumado, reabilitado, redescoberto parece capturado pela dualidade “tradição x modernidade”, esquecendo “a capacidade de formas antigas se adaptarem às novas condições históricas e a novidade radical que a reivindicação de comportamentos tradicionais e autênticos podem constituir” (p. 365-367).

## Considerações Finais

Cotejando os dois livros, é possível apontar alguns elementos (comuns e discrepantes) que permitam situá-los em uma dinâmica mais ampla.

Logo nas capas, as publicações trazem indícios das divisões do trabalho de consagração cultural que comportam. Começando pelos títulos que remetem a “Perfis Acadêmicos” e a “Perfis da Cultura Popular”. Não se trata tanto de uma condição social - haja vista a presença de professores universitários entre os últimos e de interpretes da “cultura popular” entre os primeiros, sem deixar de falar que agentes e famílias pertencem às duas instituições - mas de atribuições diferenciadas (complementares e concorrentes) na definição da “cultura maranhense”<sup>27</sup>. Seguindo com os elementos que acompanham os títulos. No primeiro caso, logo abaixo do título “Perfis Acadêmicos” e da menção a tratar-se da 5. Edição, o trecho “Pesquisa, organização e textos de **Jomar Moraes** (grifo no original)” revela o lugar dúbio do organizador (ao mesmo tempo administrador e intérprete, como vimos). No segundo caso, o subtítulo de “Perfis da Cultura Popular”, “mestres”, “pesquisadores” e “incentivadores”, indica simultaneamente a imbricação (aparente indistinção) e a hierarquização (diferentes modos de apresentação das biografias, como foi possível demonstrar) dos componentes biografados.

A relação entre os títulos dos livros analisados remete à uma divisão hierárquica do trabalho intelectual no Maranhão e das formas de produção cultural (“literatura” x expressões da “cultura popular”). Ao passo que os complementos dos dois títulos sinalizam para lógicas de seleção social (peso das propriedades sociais) em cada segmento consagrado. Jomar Moraes encarrega-se do trabalho por ele adjetivado de “penoso” em função da consagração coletiva (de um “grupo” composto de agentes melhor posicionados socialmente). Mundicarmo Ferretti e Zelinda Lima (as organizadoras) e todos os agentes ativos na confecção da galeria de “homenageados” contribuem para a exaltação do “panteão” da “cultura popular” (sendo tão mais responsáveis pela celebração das “personalidades” quanto mais passivas e dominadas socialmente essas se mostram), bem como para reforçar implicitamente uma oposição hierarquizantes entre “práticos” e “especialistas” (estudiosos com maior ou menor certificação acadêmica).

---

<sup>27</sup> Collovald (1988) mostrou que um mesmo agente é classificado e enquadrado de maneira diferente conforme o anuário biográfico em que é ostentando o seu perfil. O mesmo vale para uma categoria genérica como a “cultura maranhense”, que é definida e exaltada a partir de elementos diferentes, de acordo com os critérios que foram mobilizados para selecionar e celebrar determinadas “galerias de notáveis”. Em ambos os casos, isso é possível devido à crença (ao mesmo tempo compartilhada e disputada) na constância (sincrônica e diacrônica) do indivíduo ou da coletividade.

Essas lógicas de classificação podem ser observadas nas prosopografias construídas e analisadas a partir dos dois universos recenseados nos livros, assim como via a caracterização dos organizadores. Em síntese, na produção publicada pela Academia Maranhense de Letras (AML) há a consagração intelectual de agentes estabelecidos social e politicamente por um “organizador” que não dispõe dos mesmos recursos. A partir da iniciativa da Comissão Maranhense do Folclore (CMF) há a exaltação dos menos reconhecidos por parte dos melhores situados social e culturalmente.

Em um caso como em outro, a condição de “pesquisador” subjaz os papéis e posições assumidos por determinados agentes na produção de leituras/classificações acerca da cultura regional. Em primeiro lugar, esses porta vozes do Maranhão desempenham as funções de interpretação da “cultura maranhense” e de mediação “dos de cima” (no primeiro caso) e “dos de baixo” (no segundo caso). Em segundo lugar, escoram-se muito mais em posições no domínio do poder político (em especial cargos administrativos em governos e universidades) ou em inserções nas redes de amizades, parentescos e alianças que o atravessam do que propriamente na produção literária ou das manifestações da “cultura popular”.

Posições, papéis e inscrições que possibilitam ganhos diversos, principalmente notabilidades. Sobretudo, por serem vivenciadas pelos protagonistas e reconhecidas pelos profanos como uma “missão” de zelar pelas “tradições culturais maranhenses”.

## Referências

- BOURDIEU, P. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C. “Por uma antropologia dos estudos de folclore. O caso do Maranhão”. In: FERRETTI, S.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). *Amazônia. Desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: EDUFMA, 2009.
- CASTRO FARIA, L. de. *Oliveira Vianna. De Saquarema à Alameda São Boaventura*, 41 – Niterói. O autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002.
- CHARLE, C. “A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”. In: HEINZ, F. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 73, juin, 1988.
- CORADINI, O. L. “Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais”. In: FELIX, Loiva Otero et al. (orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998, p. 219-240.
- CORDEIRO BARROS, R. dos. *Uma história sobre o discurso jurídico crítico no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2013.
- FABIANI, J. L. A Córsega ou as servidões da autenticidade. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, nº 9, 2003.
- FERRETTI, M.; LIMA, Z. *Perfis de Cultura Popular*. São Luís: CMF, 2015.

- FERRETTI, S.F. “Depoimento”. In: Memória de Velhos. Depoimentos. *Memória oral da culta popular maranhense*. Vol. VI. CMF/SECMA: 95-168, 2006.
- FERRETTI, S.F. “Prefácio”. In: Memória de Velhos. Depoimentos. *Uma contribuição à memória oral da culta popular maranhense*. Vol. I. São Luís: Lithograf, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GARCIA JR., A. “O Brasil como representação: leitura crítica de ‘O que se deve ler para conhecer o Brasil’, de Nelson Werneck Sodré”. In: REIS, E. T. Dos. & GRILL, I. G. *Estudos sobre elites políticas e culturais*. São Luís, Editora da UFMA, 2014.
- GRILL, I. G. Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Revista de Sociologia e Política*. V. 30, p. 65-87, 2008.
- KERLY SILVA, R. *Academia Maranhense de Letras: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses*. São Luís: UFMA, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, 2009.
- MORAES, J. *Perfis Acadêmicos*. São Luís: AML, 2014.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Métailié, 2000.
- QUINTELLA, M. M. D. “Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu?”. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, 1984.
- REIS, E. T. dos. “O trabalho de construção de um ‘perfil cultural e artístico do Maranhão’”. In: REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. *Estudos sobre elites políticas e culturais*. São Luís: EDUFMA, 2014.
- REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. *Elites parlamentares e a dupla arte de representar*. Rio de Janeiro; Editora da FGV, 2016.
- REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. “Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites”. In: REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. *Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, 2016.
- SILVA, F. L. *Condicionantes sociais, literatura e mediação: um estudo sobre a trajetória de Jomar Moraes*. São Luís: UFMA, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, 2013.